

| INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA (CNPJ 23.453.830/0007-65) | | | | | | |
|--|------|--------------------|--|---|---------------------|---------------------|
| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais). As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras. | | | | | | |
| Balanço Patrimonial | | | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | |
| Ativo | Nota | 2024 | 2023 | Patrim. Social | Super./(Déf) Acum. | Total |
| Circulante | | | | Saldos em 31/12/2022 | 3.704.698 | 2.474.727 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 3.008.115 | 3.650.123 | (1.229.971) | 1.229.971 | - |
| Contas a receber | 5 | 4.803.166 | - | 650.000 | - | 650.000 |
| Estoques | 6 | 530.687 | 565.420 | Superávit / (Déficit) do Exercício | (1.879.344) | (1.879.344) |
| Outros créditos | | 79.522 | 44.591 | Saldos em 31/12/2023 | 3.124.727 | (1.879.344) |
| Despesas antecipadas | | 1.957 | - | Incorporação ao Patrimônio Social | 1.879.344 | 1.245.383 |
| Depósitos judiciais | 13 | 449.144 | 370.792 | Superávit / (Déficit) do Exercício | (1.879.344) | 3.892.698 |
| Contratos de gestão | 3m | 25.603.087 | 20.290.927 | Saldos em 31/12/2024 | 1.245.383 | 3.892.698 |
| Total do Ativo Circulante | | 34.475.678 | 24.921.853 | | | 5.138.081 |
| Não Circulante | | | | Demonstrações do Valor Adicionado | | |
| Depósitos judiciais | 13 | 579.412 | 580.812 | | 2024 | 2023 |
| Contas a receber | 5 | 2.291.299 | 2.291.299 | Receitas | 42.243.513 | 40.738.299 |
| Imobilizado - Proprio | 7a | 328.075 | 124.384 | Serviços prestados pacientes SUS | 42.094.241 | 40.732.019 |
| Imob. - Contrato de Gestão | 7b | 15.478.190 | 8.426.241 | Outras receitas e despesas | 149.272 | 6.388 |
| Intangível - Contr. de Gestão | 7c | 54.090 | 51.534 | (-) Glosas | - | (108) |
| Total do Ativo não Circulante | | 18.731.066 | 11.474.270 | Insuimos adquiridos de terceiros | (25.583.723) | (30.437.540) |
| Total do Ativo | | 53.206.744 | 36.396.123 | Serviços de terceiros | (18.907.709) | (21.109.695) |
| Passivo e Patrimônio Social | | | | Materiais e medicamentos, despesas gerais e admin. | (6.676.014) | (9.327.845) |
| Circulante | | | | Valor adicionado bruto (1-2) | 16.659.790 | 10.300.759 |
| Fornecedores | 8 | 2.113.931 | 2.088.843 | Retenções | (63.903) | (55.421) |
| Obrigações trabalhistas | 9 | 2.454.136 | 2.106.774 | Depreciação/amortização | (63.903) | (55.421) |
| Obrigações sociais | 10 | 340.704 | 311.231 | Valor adic. líquido produzido pela entidade (3-4) | 16.595.887 | 10.245.338 |
| Obrigações fiscais | | 138.291 | 264.812 | Valor adicionado recebido em transferência | 344.726 | 486.041 |
| Outras contas a pagar | 11 | 79.175 | 55.493 | Receitas financeiras | 344.726 | 486.041 |
| Partes relacionadas | 12 | 149.241 | 33.818 | Valor adicionado total a distribuir (5+6) | 16.940.613 | 10.731.379 |
| Contratos de gestão | 3m | 25.603.087 | 20.290.927 | Distribuição do valor adicionado | 16.940.613 | 10.731.379 |
| Total do Passivo Circulante | | 30.878.565 | 25.151.898 | Pessoal e encargos | 12.936.707 | 12.452.905 |
| Não Circulante | | | | Impostos, taxas e contribuições | 28.877 | 6.524 |
| Provisão para contingências | 13 | 894.281 | 1.559.689 | Despesas financeiras | 82.331 | 151.294 |
| Subvenções para investimentos | 14 | 16.295.817 | 8.439.153 | Superávit / (Déficit) do Exercício | 3.892.698 | (1.879.344) |
| Total do Pass. não Circulante | | 17.190.098 | 9.998.842 | Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras | | |
| Patrimônio Social | | | | 1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. b) Contrato de Gestão: O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 19 de junho de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por: | | |
| Total do Patrimônio Social | | | | 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b) Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 18 de Fevereiro de 2025. c) Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda de valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita deferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes: Taxa Anual de Depreciação - %: Aparelhos Méd. e Cir. - 10%; Instrumentos de Cirurgia- 10%; Máquina e Equipamentos - 10%; Móveis e Utensílios - 10%; Móveis e Utensílios Hosp. - 10%; Eq. Informática - 20%. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d) Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. Taxa Anual de Amortização - %: Software - 20%. e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e contínua... | | |
| Passivo e Patrimônio Social | | | | 2024 | | |
| Circulante | | | | 2023 | | |
| Receitas Operacionais | | | | 2024 | | |
| Serv. prestados pacientes SUS | Nota | 2024 | 2023 | 2023 | | |
| Serv. prest. conv. e particulares | | 42.094.241 | 40.732.019 | 2024 | | |
| (-) Glosas | | - | - | 2023 | | |
| Receita Líquida | | | | 2024 | | |
| Custos | | | | 2023 | | |
| Serviços de terceiros | | (18.907.709) | (21.109.695) | 2024 | | |
| Pessoal e encargos | | (10.349.366) | (9.962.324) | 2023 | | |
| Materiais e medicamentos | | (4.029.318) | (4.576.095) | 2024 | | |
| Superávit / (Déficit) Líquido | | 8.807.848 | 5.083.797 | 2023 | | |
| Despesas | | | | 2024 | | |
| Pessoal e encargos | | (2.587.341) | (2.490.581) | 2023 | | |
| Serviços de terceiros | | - | - | 2024 | | |
| Impostos, taxas e contribuições | | (28.877) | (6.524) | 2023 | | |
| Depreciação/amortização | | (63.903) | (55.421) | 2024 | | |
| Despesas gerais e administrativas | 15 | (2.646.696) | (4.751.750) | 2023 | | |
| Superávit / (Déf.) antes do Res. Fin. | | 3.481.031 | (2.220.479) | 2024 | | |
| Financeira Líquidas | | | | 2023 | | |
| Despesas financeiras | | (82.331) | (151.294) | 2024 | | |
| Receitas financeiras | | 344.726 | 486.041 | 2023 | | |
| Sup. / (Déf.) antes de out. Des. e Rec. | | 3.743.426 | (1.885.732) | 2024 | | |
| Outras Despesas e Receitas | | | | 2023 | | |
| Doações e subvenções | | 26.397 | - | 2024 | | |
| Outras receitas e despesas | | 122.875 | 6.388 | 2023 | | |
| Superávit / (Déf.) do Exercício | | 3.892.698 | (1.879.344) | 2024 | | |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixas | | | | 2023 | | |
| Atividades Operacionais | | | | 2024 | | |
| Superávit / (Déf.) do Exercício | | | | 2023 | | |
| Ajustes para reconciliar o superávit / (déficit) do exercício com o caixa | | 3.892.698 | (1.879.344) | 2024 | | |
| Depreciação/Amortização | | 2.738.125 | 55.421 | 2023 | | |
| Provisão para Contingências | | (665.408) | 1.384.491 | 2024 | | |
| Transferências | | - | 650.000 | 2023 | | |
| Superávit / (Déf.) do Exerc. Aju. (Aumento) / Redução do Ativo | | 5.965.415 | 210.568 | 2024 | | |
| Contas a Receber | | (4.803.166) | 2.749.262 | 2023 | | |
| Estoques | | 34.733 | 69.717 | 2024 | | |
| Outros Créditos | | (34.931) | 73.561 | 2023 | | |
| Despesas Antecipadas | | (1.957) | 3.517 | 2024 | | |
| Depósitos Judiciais | | (76.952) | (45.908) | 2023 | | |
| Aumento / (Redução) do Passivo | | 25.088 | (225.238) | 2024 | | |
| Fornecedores | | 347.362 | 166.706 | 2023 | | |
| Obrigações Trabalhistas | | 29.473 | 1.021 | 2024 | | |
| Obrigações Sociais | | (126.521) | (42.624) | 2023 | | |
| Obrigações Fiscais | | 23.682 | 52.677 | 2024 | | |
| Outras Contas a Pagar | | 7.856.664 | - | 2023 | | |
| Subvenções para Investimentos | | 9.238.890 | 3.013.259 | 2024 | | |
| Fluxo de Caixa Ger./Con. p/Ativ. Ope. | | | | 2023 | | |
| Aquis. de Ativo Imobiliz. e Intangível | | (10.024.306) | (4.998.993) | 2024 | | |
| Baixa de Ativo Imobiliz. e Intangível | | 27.985 | - | 2023 | | |
| Fluxo de Caixa Con. p/ Ativ. de Inv. | | (9.996.321) | (4.998.993) | 2024 | | |
| Atividades de Financiamento | | | | 2023 | | |
| Partes Relacionadas | | 115.423 | (723.272) | 2024 | | |
| Fluxo de Caixa Ge./ (Con.) p/ Ativ. de Fin. | | 115.423 | (723.272) | 2023 | | |
| Aum. (Red.) Líq. de Caixa e Eq. de Caixa | | (642.008) | (2.709.006) | 2024 | | |
| No início do exercício | | 3.650.123 | 6.359.129 | 2023 | | |
| No fim do exercício | | 3.008.115 | 3.650.123 | 2024 | | |
| Caixa e Equ. de Caixa no Fim do Per. | | (642.008) | (2.709.006) | 2023 | | |
| Demonstrações dos Resultados Abrangente | | | | 2024 | | |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 3.892.698 | (1.879.344) | 2023 | | |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | 2024 | | |
| Total Resultado Abrangente | | 3.892.698 | (1.879.344) | 2023 | | |

...continuação

Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

i. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Dúvida: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g. Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos: Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

k. Patrimônio Líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m. Contratos de Gestão: Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Caixa em espécie | 1.000 | 1.000 |
| Banco conta movimento | 157.160 | 100.609 |
| Aplic. finan. de liq. imed. | 2.849.955 | 3.548.514 |
| Total | 3.008.115 | 3.650.123 |

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. Contas A Receber:

| | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|--|----------------|----------------|
| Circulante | 4.803.166 | - | Drogas e medicamentos | 227.288 | 226.828 |
| Contrato 002/2018 - SESPA | | | Materiais de uso do paciente | 115.367 | 164.599 |
| Total | 4.803.166 | - | Materiais de manutenção | 22.024 | 31.934 |
| Não Circulante | 2.291.299 | 2.291.299 | Gases medicinais | 66.082 | 18.088 |
| Contrato 020/2013 - SESPA (i) | | | Limpeza e higienização | 18.438 | 27.526 |
| Total | 2.291.299 | 2.291.299 | Fios cirúrgicos | 13.984 | 18.664 |
| (i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores do contrato anterior, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas. | | | Materiais de lavanderia | 12.979 | 14.593 |
| Aging List | 2024 | 2023 | Mat. de expediente e impressos | 22.739 | 20.527 |
| Até 30 dias | 4.746.470 | - | Peças e acessórios de reposição | 15.588 | 15.511 |
| De 31 a 60 dias | 56.696 | | Diétas enterais e parenterais | 7.608 | 8.225 |
| + de 360 dias | 2.291.299 | 2.291.299 | Materiais de informática | 2.883 | 7.152 |
| Total | 7.094.465 | 2.291.299 | Equip. de proteção individual | 5.042 | 7.604 |
| | | | Demais materiais | 665 | 4.169 |
| | | | Total | 530.687 | 565.420 |
| | | | Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas. | | |

7. Imobilizado e Intangível: a. Imobilizado - Próprio:

| | Apar. Med. e Cirurgia | Equip. Inform. | Instr. de Cirurgia | Máq. e Equip. | Móv. e Utens. | Móv. e Utens. Hospit. | Total |
|-------------------------------|-----------------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|-----------------------|----------------|
| Em 31/12/2023 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 4.792 | 3.686 | 1.572 | 72.893 | 29.935 | 6.074 | 118.952 |
| Aquisições | 15.450 | 3.000 | - | 26.443 | 500 | - | 45.393 |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação | (1.676) | (1.157) | (1.572) | (23.035) | (11.868) | (653) | (39.961) |
| Saldo contábil líquido | 18.566 | 5.529 | | 76.301 | 18.567 | 5.421 | 124.384 |
| Em 31/12/2024 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 18.566 | 5.529 | - | 76.301 | 18.567 | 5.421 | 124.384 |
| Aquisições | 7.990 | 10.755 | - | 51.725 | 158.830 | 2.182 | 231.482 |
| Transferências | - | 2.699 | 4.466 | (24.957) | 17.792 | - | - |
| Baixas | - | - | - | (27.985) | - | - | (27.985) |
| Reversão depreciação | 20 | 758 | - | 39.298 | 7.282 | 1.279 | 48.637 |
| Depreciação | (3.391) | (4.058) | (858) | (23.377) | (15.906) | (853) | (48.443) |
| Saldo contábil líquido | 23.185 | 15.683 | 3.608 | 91.005 | 186.565 | 8.029 | 328.075 |

b. Imobilizado - Contrato de Gestão:

| | Apar. Med. e Cir. | Eq. Inform. | Móveis e Utens. | Obras em anda. | Total |
|-------------------------------|-------------------|-------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Em 31/12/2023 | | | | | |
| Saldo inicial | - | - | - | 3.472.641 | 3.472.641 |
| Aquisições | - | - | - | 4.953.600 | 4.953.600 |
| Transferências | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - |
| Depreciação | - | - | - | - | - |
| Saldo contábil líquido | | | | 8.426.241 | 8.426.241 |
| Em 31/12/2024 | | | | | |
| Saldo inicial | - | - | - | 8.426.241 | 8.426.241 |
| Aquisições | 14.600 | 79.846 | 801.369 | 7.051.949 | 9.792.824 |
| Transferências | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - |
| Depreciação | (14.600) | (79.846) | (801.369) | - | (2.740.875) |
| Saldo contábil líquido | | | | 15.478.190 | 15.478.190 |

Em 2022 e 2024, o Hospital recebeu verba de Investimento no montante total de R\$ 8.439.153 e 7.871.098 respectivamente, relativo a aditivo contratual com a SESPA, com o intuito de ampliar e reformar determinadas estruturas da Entidade. Foram investidos R\$ 4.953.600 e R\$ 7.051.950 em novas estruturas e melhorias, incluindo reforma da fachada, durante o exercício de 2024, para os quais não foram iniciadas depreciações em virtude de estarem em andamento.

c. Intangível - Contrato de Gestão:

| | Software | Total | | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|---------------|---------------|--|------|------|
| Em 31 de dezembro de 2023 | | 66.994 | | | |
| Saldo inicial | 66.994 | - | | | |
| Aquisições | - | - | | | |
| Transferências | - | - | | | |
| Baixas | - | - | | | |
| Amortização | (15.460) | (15.460) | | | |
| Saldo contábil líquido | 51.534 | 51.534 | | | |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Saldo inicial | 51.534 | 51.534 | | | |
| Aquisições | - | - | | | |
| Transferências | - | - | | | |
| Reversão amortização | 18.016 | 18.016 | | | |
| Amortização | (15.460) | (15.460) | | | |
| Saldo contábil líquido | 54.090 | 54.090 | | | |

8. Fornecedores:

| | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|------------------|------------------|--|------|------|
| Materiais e medicamentos | 225.556 | 145.969 | | | |
| Serviços | 471.565 | 734.378 | | | |
| Serviços médicos | 1.324.163 | 1.114.853 | | | |
| Diversos | 92.647 | 93.643 | | | |
| Total | 2.113.931 | 2.088.843 | | | |
| | | | | | |
| 9. Obrigações Trabalhistas: | | | | | |
| Ordenados e salários a pagar | 848.195 | 758.194 | | | |
| Provisão férias | 1.405.723 | 1.248.943 | | | |
| Provisões FGTS s/férias | 112.283 | 99.637 | | | |
| Outras provisões | 87.935 | - | | | |
| Total | 2.454.136 | 2.106.774 | | | |
| | | | | | |
| 10. Obrigações Sociais: | | | | | |
| INSS a recolher | 93.422 | 78.177 | | | |
| FGTS a recolher | 121.297 | 108.766 | | | |
| IRRF s/ folha a recolher | 116.578 | 123.928 | | | |
| Contr. sindical | 9.407 | 360 | | | |
| Total | 340.704 | 311.231 | | | |
| | | | | | |
| 11. Outras Contas a Pagar: | | | | | |
| Empréstimos de material | - | 319 | | | |
| Outras | - | - | | | |
| Verba piso salar. da enferm. (i) | 79.175 | 55.174 | | | |
| Total | 79.175 | 55.193 | | | |

| | | | | 2024 | 2023 |
|---|--|--|--|--------------------|--------------------|
| (i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. | | | | | |
| Serviços de gestão | | | | (883.673) | (1.322.145) |
| Energia elétrica | | | | (1.299.695) | (1.200.868) |
| Aluguel de máquinas | | | | (544.692) | (554.556) |
| Manutenção e conservação | | | | (125.203) | (106.515) |
| Viagens e hospedagem | | | | (89.273) | (55.111) |
| Fretes e carretos | | | | (38.614) | (13.989) |
| (Prov.) Rev. de conting. | | | | 665.408 | (1.384.491) |
| Outros | | | | (330.954) | (114.075) |
| Total | | | | (2.646.696) | (4.751.750) |

continua...

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Cota patr./Terc. e RAT/SAT | 2.625.222 | 2.472.824 |
| INSS | 2.625.222 | 2.472.824 |
| COFINS | 1.262.827 | 1.217.456 |
| COFINS | 1.262.827 | 1.217.456 |
| Total | 3.888.049 | 3.690.280 |

17. Cobertura de Seguros: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Aplic. financ. de liq. imed. | 2.849.955 | 3.548.514 |
| Contas a receber | 7.094.465 | 2.291.299 |
| Total ativos financeiros | 9.944.420 | 5.839.813 |
| Fornecedores | 2.113.931 | 2.088.843 |
| Total passivos financeiros | 2.113.931 | 2.088.843 |

19. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **20. Eventos Subsequentes:** Ofício de repactuação de valores a receber: Em 13 de janeiro de 2025, a Administração do Hospital apresentou ofício para repactuação de contas a receber de longa data junto ao Ente Público, entretanto, até a emissão destas demonstrações contábeis, não houve retorno do Ente. **Encerramento do contrato de gestão:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 002/218 - SESPA estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 19 de junho de 2025. **Renovação CEBAS - INDSH:** Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33. Tailândia - PA, 18 de Fevereiro de 2025. Eduardo Pereira da Silva - Diretor Executivo - CPC: 100.541.418-18. Wanderson Dias de Jesus - Contador - CRC PA 022886/0.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH**, Hospital Geral de Tailândia, Tailândia - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão

independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluiram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais e ofícios junto ao Ente Público. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPAS como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões civis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluiram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 08 de março de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos e executarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/0-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/0-6

Protocolo: 1172167



DOCUMENTO

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: